MUNICIPIO DE VILA FRANCA DE XIRA

Anexo VII da Portaria nº 320/2026/1, de 31 de julho

II - Termo de responsabilidade do(s) autor(es) do projeto de especialidade de … (a)

… (b), com domicílio em …, contribuinte n.º …, inscrito na … (c) sob o n.º …, declara, para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, que o projeto de … (a), de que é autor, relativo à obra de … (d), localizada em … (e), cuja … (f) foi … (g) por … (h):
Observa as normas legais e regulamentares aplicáveis, com exceção de … (i);
Está conforme com os planos municipais ou intermunicipais de ordenamento do território aplicáveis à pretensão, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 10.º do RJUE, bem como com … (j).
Declara(m) ainda, para efeitos do n.º 1 do artigo 24.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na sua redação atual, que o(s) seguro(s) de responsabilidade civil extracontratual com a(s) Apólice(s) n.º… cujo(s) tomador(es) é/são … abrange(m) a elaboração e subscrição do presente projeto, de acordo com a estimativa de custo total da obra, cujo valor é de …;
… (data).
… (assinatura) (k).
… (código de verificação das competências profissionais)

Instruções de preenchimento:

(a) Identificar o projeto de especialidade em questão;

(b) Indicar nome e habilitação do(s) autor(es) do projeto;

(c) Indicar associação pública de natureza profissional, quando for o caso;

(d) Indicar o tipo de operação urbanística a realizar;

(e) Indicar a localização da obra (rua, número de polícia e freguesia);

(f) Indicar se se trata de licenciamento, comunicação prévia ou pedido de informação prévia;

(g) Indicar que foi «requerido» no caso de licenciamento ou de pedido de informação prévia ou «apresentado» no caso de comunicação prévia;

(h) Indicar o nome e morada do requerente ou comunicante;

(i) Identificar e justificar de forma fundamentada os motivos da não observância das normas técnicas e regulamentares nos casos previstos no n.º 5 do artigo 10.º do RJUE;

(j) Indicar a licença de operação loteamento ou informação prévia favorável, quando aplicável;

(k) Para a assinatura digital, devem ser utilizados mecanismos de autenticação segura, incluindo os do Cartão de Cidadão e Chave Móvel Digital, com possibilidade de recurso ao Sistema de Certificação de Atributos Profissionais (SCAP), bem como os meios de identificação eletrónica emitidos noutros Estados-Membros reconhecidos para o efeito nos termos do artigo 6.º do Regulamento (UE) n.º 910/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho